



SAÚDE

SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDEUNIDADE LOCAL DE SAÚDE
CASTELO BRANCO

ULS - Castelo Branco
Conselho de Administração
Documento nº 67
Acta nº 05

*Ao CA
para
aprovação*

*Rainho
29/11/2025*



ULSCB, EPE
Reunião de CA em 29/11/2025

Rainho

Presidente CA

Rui Amaro
Prof. Doutor Rui Amaro Alves

Vogal Executivo CA Diretor Clínico
Hospitalar

Rui Tiago
Dr. Rui Tiago Fonseca Rainho

Vogal Executivo CA Diretor Clínico CSP

Dr. Júlio Almeida Ramos

Vogal Executiva CA

Sandra Sofia
Prof. Doutora Sandra Sofia Azinheira

Vogal Executivo CA - Enfermeiro Diretor

João Carlos
João Carlos Lourenço Nunes, Doutor

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de junho de 2024

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2024, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta apresentada à tutela em finais de 2023 no âmbito do PDO.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2023.....	8
A – Gastos e Perdas	8
B – Rendimentos e Ganhos	12
III – Recursos Humanos.....	13
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
Anexo I – Gastos e Perdas	18
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	19
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	20
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	20

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2024, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a proposta apresentada à tutela em finais de 2023 no âmbito do PDO (plano de desenvolvimento organizacional). Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2023 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 8 do art.º 134.º do DL 17/2024, de 29 de janeiro - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

Os exercícios de 2022 e 2023 ficaram marcados pelo aumento da dotação proveniente do financiamento do Contrato-programa e pela entrada de verbas extraordinários que nos permitiram reduzir consideravelmente as dívidas a fornecedores externos. Assim, no ano de 2022, recebemos 18,3 M€ para a regularização de dívidas em atraso a fornecedores externos e em 2023 foram mais 14,9 M€ (4,3 M€ para despesas com pessoal, 4,5 M€ para regularização de dívidas de empresas que tivessem recorrido ao factoring e mais 6,1 M€ para regularização de dívidas para os demais fornecedores), o que nos permitiu reduzir a dívida a fornecedores externos para os 10,6 M€ (valor provisório), quando em 2022 se situava em 15,7 M€, contribuindo para o desanuviar da situação financeira, possibilitando encarar o ano que agora começou com maior otimismo. O acréscimo previsto no Contrato-programa, excluindo o pagamento às farmácias de oficina, ascende aos 6,91% (+6,4 M€), portanto acima da taxa de inflação prevista pelo Banco de Portugal (2,9%) para 2024, o que nos permite encarar este exercício com maior otimismo.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascendeu a 6 M€ negativos, piorando face ao período homólogo (foi de -4,8 M€), situando-se o EBITDA nos 4,9 M€ negativos (-3,7 M€ em 2023).

Em termos orçamentais/financeiros, a cobrança foi superior à registada no período homólogo, com um acréscimo de 7,61% (+3,7 M€), e a despesa paga também cresceu 7,84% (+3,8 M€), decorrendo do facto da dotação orçamental ter sido reforçada.

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos ficaram acima do referencial teórico do período (50%), fixando-se nos 52,34% (+2,9 M€), essencialmente devido às aquisições de serviços que superaram a dotação mensualizada em 5,81% (+2,8 M€) e os CMVMC que ficaram 10,37% (+1,3 M€) acima do estimado. Ao nível dos rendimentos, a execução ficou abaixo do referencial, fixando-se nos 48,91% (-1,3 M€).

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Da execução ocorrida nas receitas (quadro infra) até final do primeiro semestre, resulta uma taxa de cobrança de 40,83% face à dotação corrigida anual, correspondendo a 53 M€ cobrados, ficando assim aquém do total do referencial do período (desvio de -11,9 M€), não existindo alterações em termos de dotações face à inicial.

Período: janeiro a junho 2024

U.M.: euro

Código	Designação	FF	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Varição relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Varição absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
RECEITAS														
	<i>Receitas Correntes</i>		128.121.170	128.121.170	0,00%	0	64.060.585	53.260.025	41,57%	52.912.070	52.334	52.964.404	-11.096.181	41,34%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	462.399	462.399	0,00%	0	231.200	61.831	13,37%	60.632	3.188	63.820	-167.380	13,80%
06	Transferências correntes	513	13.778	13.778	0,00%	0	6.889	0	0,00%	0	0	0	-6.889	0,00%
06	Transferências correntes	541	98.766	98.766	0,00%	0	49.383	28.921	29,28%	28.921	0	28.921	-20.462	29,28%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	126.739.742	126.739.742	0,00%	0	63.369.871	52.383.205	41,33%	52.172.273	0	52.172.273	-11.197.598	41,16%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	800.478	800.478	0,00%	0	400.239	228.670	28,57%	93.389	49.146	142.535	-257.704	17,81%
08	Outras receitas correntes	513	6.007	6.007	0,00%	0	3.004	557.398	9279,14%	556.855	0	556.855	553.852	9270,10%
	<i>Receitas de Capital</i>		1.605.685	1.605.685	0,00%	0	802.843	0	0,00%	0	412	412	-802.431	0,03%
10	Transferências de capital	483	1.539.148	1.539.148	0,00%	0	769.574	0	0%	0	412	412	-769.162	0%
12	Passivos Financeiros	432	66.537	66.537	0,00%	0	33.269	0	0%	0	0	0	-33.269	0%
	<i>Total Receitas</i>		129.726.855	129.726.855	0,00%	0	64.863.428	53.260.025	41,06%	52.912.070	52.746	52.964.816	-11.898.612	40,83%

Assim, ao nível das receitas correntes, a execução foi de 41,34%, com a fonte de financiamento (FF) 511 a ser a que apresenta maior desvio (-11,2 M€) face ao valor previsto para o período. Tal situação resulta do facto da ACSS ter solicitado uma alteração ao valor da dotação aprovada no Orçamento de Estado (-9,1 M€), atendendo ao valor que previu para a contratualização, pelo que a dotação passaria a ser de 117,6 M€. Descontando esses 9,1 M€, o desvio seria de apenas 2,1 M€, correspondendo à estimativa de penalizações para o período.

Quanto à FF 513, relativa a receita própria, temos uma execução anual globalmente superior à prevista, atingindo os 59,5% (correspondendo +121 mil€ face à dotação do período), contudo essa situação resulta essencialmente do facto de termos registado a entrada da aplicação CEDIC na RCE 08 (510 mil€), que se encontrava aplicada no final do exercício anterior. Nas demais rubricas a execução é baixa e está bastante aquém do esperado, com as "taxas, multas e outras penalidades" a chegarem a uma execução de 13,8%, portanto menos 167 mil€ face à dotação deste período, por ainda não termos realizado qualquer ciclo de recuperação de taxas em dívida através do SITAM contrariamente ao ocorrido no ano anterior, e em "vendas de bens e serviços correntes" também ficámos aquém do referencial, fixando-se nos 17,81% a cobrança face à dotação anual corrigida.

De salientar ainda a reduzida execução na FF 541 (29,28%), embora melhorando face ao primeiro trimestre (foi de 6,59% até março) que respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Quanto às receitas de capital, a execução foi nula, com a verba inscrita na FF 432 a corresponder à componente cofinanciada do projeto POSEUR. Quanto à FF 483 do PRR, diz respeito a diversos projetos aprovados, contudo ainda continuamos a aguardar, na presente data, o pagamento do pedido de reembolso apresentado em 06 de março de 2023 ao Núcleo do PRR, no montante de 138 mil€.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução global foi de 40,58%, portanto ligeiramente inferior às receitas. Contudo, se confrontado com a dotação do período (que exclui o subsídio de Natal, bem como os encargos dos dois subsídios), as despesas pagas foram inferiores ao referencial em 12,2 M€, como consequência do desvio também ocorrido nas receitas.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Varição relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Varição absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
DESPESAS														
	<i>Despesas Correntes</i>		127.501.643	126.990.559	-0,40%	-511.084	61.495.660	77.916.407	61,36%	39.811.008	12.043.356	51.854.364	-9.641.296	40,83%
01	Despesas com pessoal	511	63.478.781	63.478.781	0,00%	0	29.739.771	31.408.563	49,48%	25.675.629	1.732.219	27.407.848	-2.331.923	43,18%
02	Aquisições de bens e serviços	511	63.094.897	62.592.000	-0,80%	-502.897	31.296.000	46.110.261	73,67%	13.798.905	18.283.744	24.082.649	-7.213.351	38,48%
02	Aquisições de bens e serviços	513	552.365	544.178	-1,48%	-8.187	272.089	288.477	53,01%	230.735	26.432	257.167	-14.922	47,26%
02	Aquisições de bens e serviços	541	98.766	98.766	0,00%	0	49.383	15.752	15,95%	15.752	0	15.752	-33.631	15,95%
03	Juros e outros encargos	513	81.878	81.878	0,00%	0	40.939	21.270	25,98%	20.948	0	20.948	-19.991	25,58%
06	Outras despesas correntes	513	194.956	194.956	0,00%	0	97.478	72.084	36,97%	69.039	961	70.000	-27.478	35,91%
	<i>Despesas de Capital</i>		2.225.212	2.736.296	22,97%	511.084	1.368.148	1.439.387	52,60%	265.877	517.491	783.368	-584.780	28,63%
07	Aquisição de bens de capital	432	66.537	66.537	0,00%	0	33.269	0	0,00%	0	0	0	-33.269	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	483	1.539.148	1.539.148	0,00%	0	769.574	0	0,00%	0	0	0	-769.574	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	166.064	668.961	302,83%	502.897	334.481	1.268.506	189,62%	156.250	494.311	650.561	316.081	97,25%
07	Aquisição de bens de capital	513	453.463	461.650	1,01%	8.187	230.825	170.001	37,02%	109.627	23.180	132.807	-98.018	28,77%
	<i>Total Despesas</i>		129.726.855	129.726.855	0,00%	0	64.863.428	79.355.794	61,17%	40.076.885	12.560.847	52.637.732	-12.225.696	40,58%

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) apresenta uma execução de 43,18% face à dotação anual. Apesar de neste período existirem gastos com o subsídio de férias, temos ainda assim uma execução inferior em 2,3 M€ face ao referencial da dotação do período. De facto a dotação anual prevê a contratação de 72 efetivos em 2024, para além de outras situações que ainda não se concretizaram, pelo que teremos de aguardar pelo evolução dos próximos meses.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), estão contabilizados 18,8 M€ de compromissos relacionados com faturação que ficou por pagar de anos anteriores. Isto é, apenas 27,6 M€

respeitam à execução de 2024. Em comparação com o período homólogo, a principal novidade prende-se com o aumento da dotação anual para os 63,7 M€, quando em 2023 apenas chegava aos 40,2 M€.

No entanto, e como mencionado na análise às receitas correntes, a ACSS solicitou uma alteração ao valor da dotação aprovada no Orçamento de Estado (-9,1 M€), atendendo ao valor que previu para a contratualização, pelo que, se esta alteração se concretizar, irá afetar diretamente este agrupamento, mas ainda assim continuaríamos com uma dotação superior à dotação final (52,5 M€) do ano anterior. Contudo, e como tem sido recorrente mencionar, o peso dos encargos de anos anteriores constitui uma limitação que impossibilita o cumprimento integral da LCPA, sendo um entrave ao nível da gestão corrente, obrigando à assunção de compromissos sem disponibilidade orçamental, única forma de conseguirmos manter em funcionamento a atividade assistencial da ULSCB, pelo que qualquer redução ao nível do financiamento trará efeitos negativos no que respeita a dívidas e pagamentos em atraso.

Em relação a pagamentos, as aquisições de bens e serviços, considerando todas as FF, ficaram abaixo da dotação teórica do período (-7,3 M€), com os anos anteriores a representarem cerca de 42% do montante pago.

Quanto ao agrupamento 03, a taxa de execução (25,58%) também ficou aquém do referencial do trimestre (-20 mil€), resultando essencialmente de correções a exercícios anteriores (pagamentos ao Instituto da Segurança Social relativos a meses anteriores).

No que respeita ao agrupamento 06, a taxa de execução também ficou abaixo do previsto (-27 mil€), apesar do pagamento de uma indemnização a um utente na sequência de uma decisão judicial (40 mil€).

Passando à análise das despesas de capital, verifica-se que estas FF evidenciam uma execução nula nas FF 432 e 483 relativas a projetos cofinanciados, estando igualmente baixa na FF 513, mas por outro lado a FF 511 quase que esgotou a verba anual prevista, chegando aos 97,25%. Convém realçar que esta execução na FF 511 prende-se com o facto de não termos verbas disponíveis na FF 483 para projetos em execução, pelo que tivemos de recorrer a fundos próprios para assegurar pagamentos.

Resumidamente, face à execução já ocorrida neste período, não existem dotações na despesa a apresentar insuficiência de dotação disponível (excluindo a situação da FF 511 nas despesas de capital, pelos motivos indicados), se atendermos ao valor estimado para este semestre e até numa perspetiva anual. Ao nível da receita, destaca-se essencialmente a inexistência de execução ao nível do PRR (o que origina o pagamento na FF 511 acima mencionado), resultando a mesma do facto do financiamento contra reembolso continuar com atrasos consideráveis, e ao nível da FF 511 (contrato-programa), a execução abaixo de referencial decorre da diminuição ao contrato-programa solicitada pela ACSS no início do ano. De referir, adicionalmente, que a existência de dívidas de anos anteriores absorve logo à partida cerca de 22% da dotação do exercício, o que causa sérios problemas ao nível da cabimentação dos processos de aquisição e no cumprimento da LCPA como já aqui referimos, já que os fundos disponíveis são

insuficientes para a totalidade dos compromissos que prevemos assumir na gerência. Trata-se de uma questão recorrente nos últimos anos, apesar de no corrente ano ter um efeito menor do que nos anos anteriores face ao aumento das dotações disponíveis (desde que se mantenha a dotação anual aprovada no OE).

Em termos homólogos, quadro infra, a execução reflete o acréscimo ao nível das dotações. Quanto à diminuição ao nível dos compromissos (-2,9 M€), tal resulta do facto de existirem menos compromissos nos bens e serviços (-1,1 M€), nomeadamente transitados, e de também haver uma redução de 1,7 M€ nos bens de capital (em 2023 ainda tínhamos em curso o projeto de Remodelação do HAL).

Descrição	2023	2024	variação	%
Receitas				
- Liquidações	49.340.459	53.260.025	3.919.566	7,94%
- Cobrança	49.219.271	52.964.816	3.745.545	7,61%
Despesas				
- Compromissos	82.243.395	79.355.794	-2.887.601	-3,51%
- Pagamentos	48.810.312	52.637.732	3.827.420	7,84%

II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2023

A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução ficou acima do referencial teórico do período (50%) tendo atingido os 52,34% (anexo I), correspondendo a encargos superiores em 2,9 M€ face ao orçamento mensualizado (OM), invertendo a situação do trimestre anterior, devido à questão da faturação dos produtos vendidos por farmácias.

Os desvios mais significativos verificaram-se assim, pela questão das farmácias, nos fornecimentos e serviços externos (+5,8% / +2,8 M€ no período), devido ao facto de neste segundo trimestre já ter havido execução nos produtos vendidos por farmácias. Em termos homólogos (anexo II), o aumento total registado foi de 25,84% (+13,4 M€), destacando-se os fornecimentos e serviços externos (+70,64% / +11,3 M€) e os CMVMC (+17,26% / +1,1 M€).

Assim, no que respeita aos fornecimentos e serviços externos, o desvio global face ao referencial do período foi de 5,81% (+2,8 M€ face ao OM), destacando-se essencialmente a rubrica de produtos vendidos por farmácias (+971 mil€) e os serviços especializados que superam o referencial em 7,9% (1897 mil€). Comparando com o período homólogo, verificou-se um aumento de 70,64% (+11,3 M€) nestes encargos,

tendo sido registadas previsões num total de 1,9 M€ (574 mil€ nos subcontratos e 1,3 M€ nos restantes fornecimentos e serviços), correspondendo a 6,86% do total dos gastos processados nestas rubricas (considerando que o registo dos acréscimos referentes a farmácias irá ser substituído por faturas de que ainda não dispomos nesta data), baseadas na faturação já recebida este ano e na média mensal do ano anterior, por existirem atrasos na receção da faturação, nomeadamente do SUCH (mais de 400 mil€).

Nos subcontratos existe sempre uma elevada imprevisibilidade, pelo que no final deste período ainda é difícil antever como irão evoluir as principais rubricas existindo, para já, desvios mais pronunciados em MCT (+11,42% / +354 mil€) e nos internamentos (-38,46% / -119 mil€), e nos produtos vendidos por farmácias passámos a assumir a responsabilidade financeira dos mesmos (o primeiro trimestre foi pago pelas ARS, mas o encargo em termos de gastos foi transferido na totalidade para as ULS, daí o acréscimo anteriormente mencionado).

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, mantém-se a trajetória ascendente nos serviços especializados, onde os serviços técnicos de recursos humanos cresceram 32,1% (+790 mil€), principalmente devido à forte incidência de serviços médicos a que recorremos para mantermos em funcionamento diversas valências e serviços (urgência, anestesiologia, cirurgia, ginecologia/obstetrícia, medicina interna, ortopedia, MGF, entre outras), e os honorários também aumentaram 17,38% (+102 mil€). De assinalar ainda o acréscimo em deslocações, estadas e transportes (+12,84% / +215 mil€), com os gastos em transportes de bombeiros a subirem 16,87% (+141 mil€) e nas empresas de transporte de doentes 31,15% (+95 mil€), mas também ao nível dos gastos com energia e fluídos (+18,27% / +184 mil€), onde os gastos com eletricidade crescem 15,75% (+77 mil€), devido ao aumento de consumo resultante da ampliação das instalações do ambulatório e da saúde mental, a par de novos equipamentos, para além da existência de um grande volume de créditos em 2023 para correção da faturação (reduzindo por esse facto os gastos em 2023 neste período), registando-se igualmente acréscimos ao nível dos combustíveis (+21,43% / +99 mil€).

Quanto aos CMVMC, o desvio global face ao referencial do período foi de 10,37% (+1,3 M€ face ao OM), com os desvios a afetar principalmente as rubricas de medicamentos (+7,15% / +505 mil€) e material de consumo clínico (+13,42% / +460 mil€). Em relação ao período homólogo, verificou-se uma variação global de 17,26% (+1,1 M€), com o acréscimo absoluto mais acentuado a incidir nos medicamentos (+11,09% / +403 mil€) e nos gastos com material de consumo clínico (+21,62% / +387 mil€) devido, por exemplo, à introdução de um novo sistema de agraçagem para o bloco operatório que originou a constituição de um stock inicial elevado que se refletiu no mês de fevereiro. Temos ainda um aumento significativo ao nível dos reagentes e outros produtos farmacêuticos (+42,48% / +278 mil€), mantendo a tendência de acréscimo iniciada nos dois últimos meses. Em relação aos restantes amazóns, temos aumentos mais significativos em consumo hoteleiro (+6,5% / +3,5 mil€) e consumo administrativo (+8,47% / +4,3 mil€) e mais moderado

em manutenção e conservação (+2,68% / +1,5 mil€), sendo estas variações inferiores às que se verificavam no mês anterior.

O aumento no consumo de medicamentos resulta do facto de a sua cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representar cerca de 57% do consumo total de medicamentos e ter maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos, antipsicóticos e esclerose múltipla, havendo ainda nos últimos meses um incremento no tratamento de patologias médicas de doentes seguidos anteriormente nos grandes centros e que passaram a ser encargo da ULSCB. De referir, adicionalmente, que o despacho 48/2016 determinou que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas beneficiem de um regime excecional de comparticipação com utilização de medicamentos biológicos de grande impacto económico, não só prescritos dentro da instituição, mas também em clínicas e hospitais privados.

Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.

Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente. Iremos ainda alargar a um maior número de serviços os armazéns avançados e continuaremos a ajustar os níveis de reposição de stocks em função do consumo real.

Analisando de seguida os gastos com pessoal, a execução do semestre ficou 1,35% (-812 mil€) abaixo do OM, mantendo-se ao nível da registada no final do primeiro trimestre, com maior impacto nos encargos sobre remunerações (-4,66% / -572 mil€), na remuneração base (-1,33% / -396 mil€) e no trabalho extraordinário (-8,23% / -467 mil€), e em sentido inverso temos os outros abonos variáveis e eventuais que registaram um desvio superior em 30,98% (+676 mil€) face ao referencial pelo facto dos encargos estarem a ser superiores ao esperado e de terem sido pagos novos abonos que até aqui não existiam. Em termos homólogos, o montante processado cresceu 3,32% (+942 mil€), com as remunerações certas e permanentes a aumentarem 5,1% (+879 mil€), devido às atualizações salariais, e os abonos variáveis e eventuais a manterem a tendência de decréscimo iniciada em janeiro, diminuindo 1,91% (-102 mil€) devido à redução ao nível do trabalho extraordinário (-14,36% / -397 mil€), mas em contrapartida o SIGIC cresceu 13,7% (+160 mil€), o subsídio de prevenção 5,49% (+58 mil€), e em outros abonos variáveis temos ainda

um acréscimo de 19,42% (+54 mil€) devido a abonos pagos a coordenadores das USF e a orientadores de estágios nos CSP.

De salientar ainda o peso cada vez mais acentuado de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais, conforme já referido na análise aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à escassez de recursos médicos, à elevada taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (3,22 M€ pagos a prestadores médicos até junho de 2024, correspondendo a 73.375 horas, contra os 2,3 M€ pagos no ano anterior referentes a 53.959 horas, isto é acréscimos de 40% nos valores pagos e de 36% em horas).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, apenas os gastos de depreciação e de amortização é que estão ligeiramente acima do OM (+0,57% / +12 mil€), estando todos os restantes aquém desse referencial. Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um acréscimo de 4% (+41 mil€) nos gastos de depreciação e de amortização, onde foram registadas previsões no montante de 727 mil€ que correspondem à especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação, prevendo-se a sua conclusão a curto prazo. Em outros gastos e perdas verifica-se um acréscimo acentuado, em termos homólogos, que chega aos 107,94% (+51 mil€) e que se deve à emissão de créditos sobre entidades do SNS para correção de faturas (+240,25% / +28 mil€), bem como ao pagamento de uma indemnização a um utente na sequência de uma decisão judicial (40 mil€).

Passando à análise à evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 8 do art.º 134.º do DL 17/2024, de 29 de janeiro - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	2T 2024 Exec.	2T 2023 Exec.	Variação 2024/2023	
			Absol.	%
(1) Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	7.315.337 €	6.238.401 €	1.076.936 €	17,26%
(2) Fornecimentos e Serviços Externos corrigidos dos efeitos da crise geopolítica	27.206.475 €	15.558.982 €	11.647.493 €	74,86%
- Efeito da crise geopolítica (energia, combustíveis, ...)	0 €	384.745 €	-384.745 €	-100,00%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii) e iv)	26.748.008 €	26.731.970 €	16.038 €	0,06%
(i) Imparito do cumprimento de obrigações legais / orientações acionista	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias obrigatórias	2.540.751 €	1.040.587 €	1.499.664 €	144,12%
(iii) Efeito do absentismo ou indemnizações por rescisão contratual (exceto por mútuo acordo)	0	0	0 €	
(iv) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	30.730 €	604.805 €	-574.075 €	-94,92%
Gastos com Deslocações (FSE)	20.334 €	33.690 €	-13.356 €	-39,64%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento	45.600 €	36.459 €	9.141 €	25,07%
Gastos associados à frota automóvel	140.499 €	135.171 €	5.327 €	3,94%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	115.510 €	190.614 €	-75.104 €	-39,40%
Total Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	61.269.820 €	48.529.353 €	12.740.467 €	26,25%
Volume de Negócios (Vendas e Prestações de Serviços)	58.933.029 €	46.796.971 €	12.136.058 €	25,93%
Rácio Total Gastos Operacionais / Volume de Negócios	103,97%	103,70%		
Número Total de RH (OS + CD +Trabalhadores)	1419	1460	-41	-2,81%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	8	-1	-12,50%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1411	1451	-40	-2,76%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1411	1451	-40	-2,76%
N.º de viaturas	47	47	0	0,00%

- Aumento muito ténue dos gastos com pessoal corrigidos (+0,06% / +16 mil€), inferior à variação verificada em termos homólogos (+3,32% / +942 mil€), decorrente do impacto das valorizações remuneratórias e da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei 42/2016;
- Quanto aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam um aumento muito ligeiro de 0,54% (+mil€), com os encargos com ajudas de custo a ser os que apresentam maior crescimento (+25,07% / +9 mil€);
- Quanto à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se uma redução (-39,4%), que decorre do facto de em 2023 ainda existirem encargos de fiscalização da obra da Remodelação do HAL, por exemplo.

B – Rendimentos e Ganhos

Confrontada com o referencial teórico do período (anexo III), a execução ficou 1,09% aquém do esperado, o que se traduziu num desvio de -1,3 M€ em relação ao OM.

Em termos de Contrato-programa, considerando todas as rubricas que compõem o mesmo, a execução face ao orçamento anual foi de 49,54%, o que representa um desvio de 541 mil€ em termos de OM.

Em relação às taxas moderadoras, e à semelhança de todas as restantes rubricas operacionais, a execução foi negativa (-11,56% face ao OM), correspondendo a menos 97 mil€, justificando-se pelo facto de não ter decorrido qualquer ciclo de recuperação de dívidas no período devido a problemas logísticos internos.

Em termos homólogos (anexo IV), os rendimentos evidenciam um acréscimo de 25,85% (+12,1 M€), com as prestações relacionadas com o Contrato-programa a registarem um aumento de 26,47% (+12,2 M€) face ao período homólogo de 2023, considerando todas as prestações (incentivos, valor capitacional e internos).

Quanto às taxas moderadoras (-26,19% / -114 mil€), mantém-se a tendência de diminuição dos meses anteriores, nomeadamente porque em janeiro de 2023 estava a decorrer um ciclo de recuperação de dívidas, situação que ainda não aconteceu no presente ano devido a problemas logísticos internos. Contudo, apesar da tentativa de maximizar a cobrança, quer presencialmente no momento do atendimento, quer através do envio de avisos com alguma regularidade, a dispensa de pagamento de taxas a nível hospitalar (sendo apenas cobradas nos episódios de urgência caso não haja referência ou internamento) desde junho de 2022, que se seguiu ao já ocorrido ao nível dos cuidados de saúde primários em 2020 e 2021, veio reduzir consideravelmente os rendimentos provenientes desta fonte de financiamento, o que, aliado à eventual menor capacidade de os utentes pagarem as suas dívidas devido à atual crise, tem impossibilitado o nosso objetivo de aumento da cobrança.

De assinalar ainda assim o incremento ao nível da faturação a outras entidades responsáveis (+14,59% / +25 mil€) mas, como é notório, existe uma forte dependência do financiamento que advém do Contrato-programa já que não temos outras fontes de rendimentos.

III – Recursos Humanos

No 2.º semestre de 2024 mantiveram-se os constrangimentos relativos à necessária concessão de maior autonomia aos Conselhos de Administração, para maior e melhor agilização e gestão dos procedimentos concursais, que fosse mais próxima da realidade, da efetividade e da celeridade o que apenas se tem verificado para substituição transitória de trabalhadores ausentes por longa duração e para substituição de cessação definitiva de contratos, que por si só não resolve a maioria das situações.

A falta de autonomia para abertura de procedimentos concursais para admissão de novos trabalhadores e as limitações na contratação tem implicado um desfasamento entre a realidade manifestada e o mapa de pessoal aprovado, já que embora existindo lugares vagos, os mesmos não podem ser totalmente preenchidos de acordo com as necessidades sentidas, a que acresce na área médica a falta de colocação de profissionais médicos e a promoção na carreira de muitos dos existentes.

Complementarmente a modernização da instituição, a reestruturação e ampliação de muitos serviços, inclusive com a edificação de um novo edifício paralelo ao hospital, obrigam e requerem não só a contratação de um maior número de profissionais de acordo com as vagas existentes no mapa de pessoal, mas também, a agilização e celeridade nos respetivos procedimentos.

Esta realidade obriga a um esforço adicional por parte dos recursos humanos existentes, ficando sujeitos a um maior stress, fruto do acréscimo de trabalho e da necessária mobilidade entre serviços alocados em diferentes edifícios, alguns deles fora das instalações da ULSCB e ainda, a que nas áreas de apoio e suporte se tenha de aproveitar trabalhadores da carreira de assistente operacional para exercício de funções de assistente técnico, situação que manifestamente não deveria ocorrer face à legislação laboral em vigor.

É, pois, significativa a carência de recursos humanos para garantir a funcionalidade da estrutura que compõe a ULSCB.

Para maior dificuldade é significativo o absentismo que continuamente se mantém fruto da concessão legal dos múltiplos direitos instituídos.

A idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB, embora estabilizada, desceu ligeiramente e genericamente face ao trimestre anterior (47,9 anos) e a idade média mais elevada em alguns grupos profissionais: Assistente Operacional – 50,8 anos, Assistente Técnico – 52,7 anos, Enfermagem – 46,3 anos (sendo que do universo de enfermeiros, 158 com idade igual ou superior 55 anos, têm em média 59,1 anos), Pessoal Médico – 45 anos, sendo que se não forem contabilizados os médicos do internato médico a idade sobe para os 50,4 anos, considerando que do total, 55 médicos têm igual ou mais de 55 anos e, nestes, a média é de 64 anos, o que representa uma instituição com um mapa de recursos humanos envelhecidos, sendo particularmente preocupante a situação do pessoal médico.

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB do 2º Trimestre de 2023/2024

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						2º. TRIM					
TOTAL GERAL 2023				TOTAL GERAL 2024				TOTAL GERAL ≠ 2023 / 2024			≠ 24 / 24	≠ 24 / 24
Carreira/Categoria	abril	maio	junho	abril	maio	junho	abril	maio	junho	abr/jun	mai/jun	
Conselho Administração	5	5	5	4	4	4	-1	-1	-1	0	0	
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	
Méd. Especialistas	146	148	150	136	137	138	-10	-11	-12	2	1	
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	
Méd. IIM - Formação Especif.	44	43	42	46	46	45	2	3	3	-1	-1	
Méd. IIM - Formação Geral	17	17	17	9	9	9	-8	-8	-8	0	0	
Téc. Superior Saúde	17	17	17	17	17	17	0	0	0	0	0	
Téc. Superior	33	33	33	32	32	32	-1	-1	-1	0	0	
Enfermagem	534	533	532	536	535	535	2	2	3	-1	0	
TSDT	103	103	102	103	103	103	0	0	1	0	0	
Informática	10	10	10	11	11	11	1	1	1	0	0	
Docente	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	
Assistente Técnico	183	184	190	181	178	177	-2	-6	-13	-4	-1	
Assistente Operacional	345	346	343	337	337	335	-8	-9	-8	-2	-2	
TOTAL - Efetividade funções	1440	1442	1444	1415	1412	1409	-25	-30	-35	-6	-3	
Pessoal fora da ULSCB	15	15	15	21	20	21	6	5	6	0	1	
Pessoal Dentro de Out. Inst.	17	17	16	7	7	7	-10	-10	-9	0	0	
TOTAL GERAL ULSCB	1472	1474	1475	1443	1439	1437	-29	-35	-38	-6	-2	

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2023 para junho de 2024

MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB													Total 1º-2º TRIM	
TOTAL GERAL 2024													2023/2024	
Carreira/Categoria	dez/23	jan	fev	* fev-jan	mar	* mar-fev	abr	* abr-mar	mai	* mai-abr	jun	* jun-mai	de 2-jun	
Conselho Administração	5	4	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	-1	
Administrador Hospitalar	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	
Méd. Especialistas	140	138	137	-1	137	0	136	-1	137	1	138	1	-2	
Méd. Grau Especialista	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	
Méd. IM - Formação Especif.	39	47	46	-1	46	0	46	0	46	0	45	-1	6	
Méd. IM - Formação Geral	17	9	9	0	9	0	9	0	9	0	9	0	-8	
Téc. Superior Saúde	16	17	17	0	17	0	17	0	17	0	17	0	1	
Téc. Superior Enfermagem	34	33	32	-1	33	1	32	-1	32	0	32	0	-2	
Téc. Diag. Terapêutica	530	528	531	3	537	6	536	-1	535	-1	536	0	5	
Informática	106	106	104	-1	103	-1	103	0	103	0	103	0	-3	
Educadora Infantil	11	11	11	0	11	0	11	0	11	0	11	0	0	
Assistente Técnico	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	
Assistente Operacional	187	183	184	1	184	0	181	-3	178	-3	177	-1	-10	
TOTAL - Efetividade funções	342	339	339	0	339	0	337	-2	337	0	335	-2	-7	
Pessoal Dentro de Out. Inst. *	1430	1417	1417	0	1423	6	1415	-8	1412	-3	1409	-3	-21	
TOTAL GERAL ULSCB	1437	1422	1423	1	1430	7	1422	-8	1419	-3	1416	-3	-21	
Pessoal fora da ULSCB	18	17	21	4	21	0	21	0	20	-1	21	1	3	
TOTAL GERAL ULSCB	1455	1439	1444	5	1451	7	1443	-8	1439	-4	1437	-2	-18	

Conforme mapa seguinte identificado, em praticamente todos os grupos profissionais, verifica-se uma assinalável taxa de absentismo que com o envelhecimento do mapa de pessoal tem propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais e familiares, ausências por doença, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

Mapa 2º trimestre de 2024

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE																		
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS																		
(2º TRIMESTRE)																		
PESSOAL ACTIVO E EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES NA ULSCB EM 30.06.2024 - 1.416 trabalhadores																		
01.04.2024 a 30.06.2024 - Dias Úteis																		
GRUPO E PROF. REGIONAIS	PESSOAL ACTIVO	Dias Tr. Úteis	CASAMENTO (1)	PARENTALIDADE (2)	FALCIMENTO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACCIDENTE TRABALHO (5)	ASSIST. FAMILIAR (6)	TRAB. ESTUDANT. (7)	RESERVA DE CONTINGENCIA (8)	GOV. (9)	JUSTIFICADAS (10)	ACT. SOCIAL (11)	COM. GRATUITA / FORMAÇÃO (12)	OUTRAS (13)	TOTAL DIAS AUSÊNCIA (14)	MÉDIA DIAS AUSENÇA MENSAL	% M. TOTAL FALTAS ULSCB
Pessoal Médico (Incl. Internos)	193	42811	10	117	23	88	0	50	18	0	1	0	0	372	10	864	4,58	15,51%
Técnico Superior de Saúde	17	3889	0	14	0	7	0	15	0	0	1	0	0	14	4	55	3,24	0,96%
Pessoal de Enfermagem	836	121673	6	261	63	919	0	157	108	0	117	0	0	70	139	2324	4,14	10,76%
T.SUT	104	23008	20	51	1	150	0	75	18	0	14	0	0	43	24	394	3,79	6,91%
Pessoal de Informática	11	2497	0	0	0	3	0	10	0	0	1	0	12	2	0	28	2,55	0,49%
Pessoal Docente	1	227	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00%
Pessoal Auxiliar (Incl. Aux. Farm.)	5	1135	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,40	0,04%
Assistente Técnico	179	48633	0	63	12	387	0	55	25	0	17	0	0	1	127	689	3,85	12,09%
Assistente Operacional / TAS	335	78845	11	78	32	608	29	93	18	0	81	0	14	13	48	1601	2,99	17,56%
Técnico Superior	35	7945	0	119	8	168	0	39	0	0	3	0	0	1	0	224	9,26	0,23
TOTALS			47	1.289	123	2.312	29	498	182	0	215	0	26	714	355	8.781	4,83	100,00%
MÉDIA DA S/RAB. (M)	1.416	321432	0,03	0,26	0,09	1,83	0,02	0,35	0,13	0,00	0,15	0,00	0,02	0,50	0,25	4,03		
Média % (23 dias de Trab. em 20)		321432	0,01	0,37	0,04	0,72	0,01	0,15	0,05	0,00	0,07	0,00	0,01	0,22	0,11	1,77	Absentismo	

(1) Diferença de dias de trabalho devido ao cumprimento de licenças médicas e outras situações de ausência temporária.

(M) Média calculada sobre os trabalhadores do mapa de pessoal que exercem funções fora da ULSCB.

É possível constatar no mapa, que o índice de absentismo no 2.º Trimestre de 2024 se situou no geral e em média em 4,03 dias de ausência ao trabalho por cada trabalhador e que o total de ausências sobre os dias de trabalho obrigatórios representa em média um absentismo de 1,77%.

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 30/06/2024 fixou-se nos 20,6 M€ (era de 16,7 M€ em março), resultando este acréscimo, em parte, do montante relativo a farmácias (+1,7 M€) sendo o restante acréscimo decorrente do menor volume de pagamentos ocorrido em junho, por força do pagamento do subsídio de férias.
- Considerando apenas fornecedores externos, a dívida atual situa-se nos 11,8 M€ (-6,1 M€ face a junho/23, mas +1,1 M€ face a dez/23), com o PMP a baixar para os 55 dias no final deste semestre, quando em 31/12/2023 se situava nos 123 dias e em junho de 2023 nos 162 dias, isto é, em termos homólogos diminuiu 107 dias.
- O impulso em termos de financiamento ocorrido ao longo do ano de 2023, e principalmente em dezembro, ao qual devemos ainda somar o já verificado em finais de 2022, permitiu, como mencionado na nota introdutória, criar bases para que esta nova realidade nos permita encarar o ano de 2024 com outro otimismo, sendo necessário, no entanto, manter o foco na estabilização da atual situação, continuando a avaliar e a tomar as medidas que nos possibilitem o controlo ou mesmo a redução de alguns gastos.
- De referir, por fim, que 5,6 M€ da dívida total corresponde a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), diminuiu 25 dias face ao período homólogo (-50,56%), já que existiu uma redução nas contas de clientes (-4,7 M€), mas por outro lado o volume de negócios cresceu 12,1 M€.

Período: janeiro a junho

u.m.: euro

	2023	2024	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	28.117.613	20.591.033	-7.526.580	-26,77%
Dívida vincenda	7.724.906	7.230.343	-494.563	-6,40%
Dívida vencida	20.392.707	13.360.689	-7.032.017	-34,48%
Pagamentos em atraso	12.815.277	8.299.377	-4.515.901	-35,24%
PMP ponderado (dias)	162	55	-107	-66,05%
PMR (dias)	49	24	-25	-50,56%

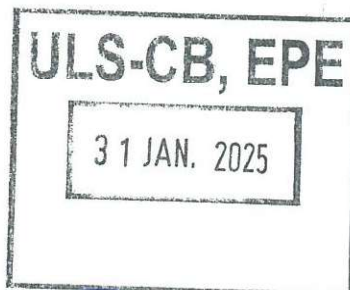
CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, tal como seria expectável atendendo à regularização de dívidas ocorrida em dezembro de 2023, a situação económico-financeira apresentou melhoras face ao ano transato, nomeadamente em relação ao período homólogo, com a dívida a aumentar para já moderadamente.
- Esta melhoria resulta do aumento do financiamento para o corrente ano (+6,4 M€ se excluirmos as farmácias), permitindo-nos encarar com maior otimismo os próximos meses apesar do acréscimo de encargos resultante dos produtos vendidos por farmácias e desde que o financiamento não sofra cortes, conforme comunicado no início do ano pela ACSS (para já sem efeitos práticos).
- Ainda assim, a dívida continuará a crescer, principalmente nos períodos coincidentes com o pagamento de subsídios e respetivos encargos/retenções devido à diminuição da liquidez disponível para pagamentos a fornecedores que acontece nesses meses.
- Adicionalmente, fomos informados pela ACSS que o financiamento poderá sofrer um ajustamento nos últimos meses do ano, correspondente à verba que está atualmente a ser recebida por conta da despesa centralizada (farmácias, MCDT, CRD, Hemodiálise, SISO, ..) e conferida no CCM-SNS, por forma a que não ultrapasse o previsto no Contrato-programa, pelo que esta situação poderá complicar as contas do final do ano e vir a agravar a atual dívida de forma mais pronunciada.

Castelo Branco, 19 de novembro de 2024

O Conselho de Administração

[Assinaturas manuscritas]



Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/06/2024

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	Orçamento Mensualizado (2)	PROCESS. EM 30/06/2024 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação Disponível (1) - (3)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:						
61241	Produtos farmacêuticos	8.361.147	4.180.574	4.970.193	59,44%	789.619	3.390.954
612411	Medicamentos	7.066.367	3.533.184	4.038.328	57,15%	505.144	3.028.039
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.294.780	647.390	931.865	71,97%	284.475	362.915
61242	Material de consumo clínico	3.430.967	1.715.484	2.175.808	63,42%	460.325	1.255.159
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	921	461	311	33,80%	-149	610
61243	Material consumo hoteleiro	107.757	53.879	57.754	53,60%	3.876	50.003
61244	Material consumo administrativo	105.491	52.746	55.442	52,56%	2.696	50.049
61245	Material manutenção/conservação	111.027	55.514	55.828	50,28%	315	55.199
61249	Outro material de consumo	0	0	0		0	0
	Total da conta 61	12.117.310	6.058.655	7.315.337	60,37%	1.256.682	4.801.973
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços	30.573.524	15.286.762	16.766.639	54,84%	1.479.877	13.806.885
62111	Meios complementares diagnóstico	5.205.172	2.602.586	2.856.628	54,88%	254.042	2.348.544
62112	Meios complementares terapêutica	6.169.871	3.084.936	3.457.404	56,04%	372.468	2.712.467
62113	Produtos vendidos p/farmácias	18.193.364	9.096.682	10.067.407	55,34%	970.725	8.125.957
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	52.567	26.284	22.798	43,37%	-3.486	29.769
62115	Internamentos	588.343	294.172	189.815	32,26%	-104.357	398.528
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		0	0
62119	Outros subcontratos	364.207	182.104	172.587	47,39%	-9.516	191.620
622	Serviços especializados	11.342.474	5.671.237	6.567.831	57,90%	896.594	4.774.643
623	Materiais de consumo	58.897	29.449	21.630	36,72%	-7.819	37.267
624	Energia e fluidos	2.196.785	1.098.393	1.193.050	54,31%	94.657	1.003.735
625	Deslocações, estadas e transportes	3.214.958	1.607.479	1.891.776	58,84%	284.297	1.323.183
626	Serviços diversos	1.361.242	680.621	765.550	56,24%	84.929	595.692
	Total da conta 62	48.747.880	24.373.940	27.206.475	55,81%	2.832.535	21.541.405
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	375.500	187.750	167.557	44,62%	-20.193	207.943
632	Remunerações do pessoal	47.194.945	23.597.473	23.349.345	49,47%	-248.128	23.845.600
6321	Remunerações certas e permanentes	37.242.720	18.621.360	18.106.700	48,62%	-514.660	19.136.020
63211	Remuneração base	29.844.701	14.922.351	14.526.737	48,67%	-395.613	15.317.964
63212	Subsídio de férias	2.825.019	1.412.510	1.301.979	46,09%	-110.530	1.523.040
63213	Subsídio de Natal	2.616.903	1.308.452	1.350.496	51,61%	42.045	1.266.407
63215	Subsídio de refeição	1.899.620	949.810	908.399	47,82%	-41.411	991.221
6321xx	Outros	56.477	28.239	19.089	33,80%	-9.150	37.388
6322	Abonos variáveis e eventuais	9.952.225	4.976.113	5.242.644	52,68%	266.532	4.709.581
632204	Trabalho extraordinário	5.673.453	2.836.727	2.369.757	41,77%	-466.970	3.303.696
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2.096.594	1.048.297	1.105.702	52,74%	57.405	990.892
6322xxx	Outros	2.182.178	1.091.089	1.767.186	80,98%	676.097	414.993
633	Benefícios pós-emprego	1.507	764	854	56,67%	101	653
634	Indemnizações	3	2	0	10,67%	-1	3
635	Encargos sobre remunerações	12.280.318	6.140.159	5.568.227	45,34%	-571.932	6.712.091
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	153.062	76.531	111.706	72,98%	35.175	41.356
637	Gastos de ação social	0	0	0		0	0
638	Outros gastos com pessoal	32.244	18.122	20.536	63,69%	4.414	11.708
639	Outros encargos sociais	225.124	112.562	100.765	44,76%	-11.797	124.359
	Total da conta 63	60.262.703	30.131.352	29.318.989	48,65%	-812.362	30.943.714
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0%		
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.130.023	1.065.012	1.077.096	50,57%	12.084	1.052.927
65	Perdas por imparidade	300.000	150.000	0	0,00%	-150.000	300.000
67	Provisões do período	0	0	0		0	0
68	Outros gastos e perdas	621.641	310.821	99.024	15,93%	-211.797	522.617
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	78.060	39.025	21.270	27,25%	-17.755	56.780
	TOTAL GERAL	124.257.607	62.128.804	65.038.190	52,34%	2.909.386	59.219.417

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/06/2024

Código	Designação	PROCESS. EM 30/06/2023 (1)	PROCESS. EM 30/06/2024 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:				
61241	Produtos farmacêuticos	4.289.322	4.970.193	680.871	15,87%
612411	Medicamentos	3.635.296	4.038.328	403.032	11,09%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	654.026	931.865	277.839	42,48%
61242	Material de consumo clínico	1.788.949	2.176.808	386.859	21,62%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	419	311	-108	-25,73%
61243	Material consumo hotelheiro	54.227	57.754	3.527	6,50%
61244	Material consumo administrativo	51.114	55.442	4.328	8,47%
61245	Material manutenção/conservação	54.370	55.828	1.458	2,68%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	
	Total da conta 61	6.238.401	7.315.337	1.076.935	17,26%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	6.366.828	16.766.639	10.399.811	163,34%
62111	Meios complementares diagnóstico	2.806.362	2.856.628	50.266	1,79%
62112	Meios complementares terapêutica	3.102.988	3.457.404	354.415	11,42%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	10.067.407	10.067.407	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	17.461	22.798	5.336	30,56%
62115	Internamentos	308.435	189.815	-118.620	-38,46%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	
62119	Outros subcontratos	131.581	172.587	41.006	31,16%
622	Serviços especializados	6.158.015	6.567.831	409.816	6,66%
623	Materiais de consumo	26.716	21.630	-5.086	-19,04%
624	Energia e fluídos	1.008.791	1.193.050	184.259	18,27%
625	Deslocações, estadas e transportes	1.676.553	1.891.776	215.222	12,84%
626	Serviços diversos	706.825	765.550	58.725	8,31%
	Total da conta 62	15.943.727	27.206.475	11.262.747	70,64%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	205.943	167.557	-38.386	-18,64%
632	Remunerações do pessoal	22.572.656	23.349.345	776.689	3,44%
6321	Remunerações certas e permanentes	17.227.837	18.106.700	878.864	5,10%
63211	Remuneração base	13.827.999	14.526.737	698.738	5,05%
63212	Subsídio de férias	1.272.118	1.301.979	29.861	2,35%
63213	Subsídio de Natal	1.143.741	1.350.496	206.755	18,08%
63215	Subsídio de refeição	951.230	908.399	-42.832	-4,50%
6321xx	Outros	32.748	19.089	-13.659	-41,71%
6322	Abonos variáveis e eventuais	5.344.819	5.242.644	-102.175	-1,91%
632204	Trabalho extraordinário	2.766.979	2.369.757	-397.222	-14,36%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.048.135	1.105.702	57.567	5,49%
6322xxx	Outros	1 529 705	1 767 186	237 480	15,52%
633	Benefícios pós-emprego	657	854	197	30,05%
634	Indemnizações	-562	0	562	100,06%
635	Encargos sobre remunerações	5.396.602	5.568.227	171.625	3,18%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	87.095	111.706	24.611	28,26%
637	Gastos de ação social	1.802	0	-1.802	-100,00%
638	Outros gastos com pessoal	11.652	20.536	8.884	76,25%
639	Outros encargos sociais	101.518	100.765	-754	-0,74%
	Total da conta 63	28.377.362	29.318.989	941.627	3,32%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.035.682	1.077.096	41.414	4,00%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	47.621	99.024	51.403	107,94%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	42.049	21.270	-20.779	-49,42%
	TOTAL GERAL	51.684.842	65.038.190	13.353.348	25,84%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/06/2024

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	Orçamento Mensualizado (2)	PROCESS. EM 30/06/2024 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação por Executar (1) - (3)
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	1 axas moderadoras	839.055	419.528	322.502	38,44%	-97.025	516.553
7041xx	Outras taxas	34.205	17.103	12.652	36,99%	-4.450	21.553
	Total da conta 70	873.260	436.630	335.155	38,38%	-101.476	538.106
71	Vendas	0	0	0		0	0
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	11.763.576	5.881.788	5.552.408	47,20%	-329.380	6.211.168
7201165	Valor capilacional (ULS)	104.872.280	52.436.140	52.233.915	49,81%	-202.225	52.638.365
7201168	Internos	999.904	499.952	490.433	49,05%	-9.520	509.472
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0			0
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	324.135	162.068	120.826	37,28%	-41.241	203.309
72013	Outras entidades responsáveis	790.370	395.185	200.292	25,34%	-194.893	590.078
7299	Outros serviços	0	0	0			0
	Total da conta 72	118.750.265	59.375.133	58.597.874	49,35%	-777.259	60.152.391
75	Transferências e subs. correntes obtidos	107.449	53.725	28.921	26,92%	-24.804	78.528
76	Reversões	200.000	100.000	0	0,00%	-100.000	200.000
78	Outros rendimentos e ganhos	710.560	355.280	38.046	5,35%	-317.234	672.514
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	109		109	-109
	TOTAL GERAL	120.641.534	60.320.767	59.000.104	48,91%	-1.320.663	61.641.430

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/06/2024

Código	Designação	PROCESS. EM 30/06/2023 (1)	PROCESS. EM 30/06/2024 (2)	Variação Absoluta (2) - (1)	Variação Relativa (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	436.950	322.502	-114.448	-26,19%
7041xx	Outras taxas	16.056	12.652	-3.404	-21,20%
	Total da conta 70	453.006	335.155	-117.851	-26,02%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	0,00%
7201164	Incentivos institucionais	4.390.299	5.552.408	1.162.109	26,47%
7201165	Valor capilacional (ULS)	41.200.766	52.233.915	11.033.149	26,78%
7201168	Internos	488.471	490.433	1.962	0,40%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	89.636	120.826	31.190	34,80%
72013	Outras entidades responsáveis	174.793	200.292	25.499	14,59%
72014	Acerto de estimativas	0	0	0	0,00%
7299	Outros serviços	0	0	0	0,00%
	Total da conta 72	46.343.965	58.597.874	12.253.909	26,44%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	42.036	28.921	-13.115	
76	Reversões	0	0	0	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	44.008	38.046	-5.961	-13,55%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	3	109	105	0,00%
	TOTAL GERAL	46.883.017	59.000.104	12.117.087	25,85%